

Temporalidades e treinamento escolar em textos de pré-universitários

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa*

Resumo

Neste artigo, que lida com textos produzidos em situação de avaliação de exame vestibular, investiga-se como os textos de pré-universitários se organizam do ponto de vista dos arranjos temporais e como o treinamento escolar participa das opções por certos tipos de organização das temporalidades.

Palavras-chave: Temporalidade; Heterogeneidade; Treinamento escolar; Escrita.

Refletir sobre as várias temporalidades e os saberes que lhes correspondem na produção escrita pressupõe uma noção de cultura que dê conta dos saberes que nela circulam e dos seus “modos de transmissão” (GOODY, 1993). Dentre esses saberes, incluem-se aqueles relacionados à própria organização sociocultural do tempo, considerada não apenas como uma representação coletiva do tempo, mas, sobretudo, como a participação do sujeito em “práticas do tempo” (BENSA, 1997)¹. Numa primeira aproximação, pode-se dizer que as temporalidades se configuram no funcionamento discursivo dessas práticas. Nesse sentido, situar-se em função de uma temporalidade é assumir o caráter movente dos “posicionamentos discursivos” (MAINGUENEAU, 1991) com os quais o sujeito se engaja e a partir dos quais enuncia.

Dessa perspectiva, procuro, neste trabalho, observar como os textos de pré-

* Universidade de São Paulo – USP. Projeto PQ-CNPq Letramento e oralidade na escrita de universitários e pré-universitários: tempo e temporalidade. Este trabalho foi concluído durante estágio pós-doutoral financiado pela Capes no período de 01/04/09 a 31/08/2009, junto à Université Paris XII, sob a supervisão da Professora Doutora Isabelle Laborde-Milaa, a quem agradeço pelas colaborações. Sobre o mesmo tema, cf. Corrêa (2008).

1 - Bensa privilegia a ação do sujeito na produção da experiência do tempo. Para o autor, o tempo “pode ser vivido de maneira muito diferente segundo o que se faz, segundo os períodos e os espaços nos quais agimos” (BENSA, 1997, p. 16).

universitários produzidos em situação de avaliação se apresentam do ponto de vista das temporalidades e em que medida o treinamento escolar está implicado nas opções dos estudantes por certos tipos de arranjos temporais do texto.

Tempo e temporalidade nas práticas discursivas

Fenômenos como o do uso do *passé simple* no gênero “relatórios de estágios”, produzidos por universitários franceses (cf. LABORDE-MILAA, 2002), mostram, a meu ver, dentre outras coisas, uma tentativa – malsucedida, avaliarão alguns – do aluno de alcançar o institucionalizado para a escrita, atestando, por essa tentativa de alçamento, a heterogeneidade da escrita no que se refere à relação entre o falado e o escrito. Reservado para textos escritos essencialmente narrativos, o uso desse tempo verbal repõe várias questões, dentre as quais a da “dificuldade do escrevente em eleger o tempo que comanda o conjunto” (LABORDE-MILAA, 2002, p. 103) na correlação de tempos verbais em “micro-narrativas” inseridas nos relatórios de estágio. Esse é, portanto, a meu ver, um caso de heterogeneidade marcado pela construção das correlações verbais em um gênero discursivo escrito. Argumentando em outra direção e mostrando-se cuidadosa quanto a generalizar seus resultados, em razão da pequena extensão do *corpus* analisado, a autora afirma:

Os escreventes que utilizam esse tempo (cerca de 10% a cada ano) são pouco numerosos, mas o fazem, às vezes, abundantemente. A soma das ocorrências parece, de qualquer maneira, suficiente para que não reduzamos essas formas a empregos errados ou atípicos, ou estritamente individuais. (LABORDE-MILAA, 2002, p. 97)

O mesmo caráter heterogêneo pode ser visto numa construção diferente do tempo, a dos arranjos temporais que estruturam o texto no gênero “redação de vestibular”. Para tratar desse assunto, retomo um marco teórico no tratamento da questão do tempo na linguagem, o da distinção entre tempo linguístico e tempo crônico (BENVENISTE, 1989). O interesse dessa distinção para a investigação linguística sobre os arranjos temporais do texto não se atém ao estudo do tempo linguístico, mas se dirige, também, à relação entre tempo linguístico e tempo crônico.

Tomemos, inicialmente, a noção de tempo crônico. Pode-se dizer que as referências a um tempo crônico apontam para certas coerções socioculturais no modo de conceber o tempo, no interior das quais há, pelo menos, três modos de captar as temporalidades em função do tempo crônico; melhor dizendo, em função

das escansões temporais que, menos ou mais precisas, orientam a apreensão sociocultural do tempo:

- a) como percepções/construções flutuantes de um mesmo calendário em diferentes culturas que o compartilham, mas cada uma delas a seu modo: por exemplo, tomado o calendário cristão como base comum entre EUA e Brasil, o empenho simbólico que os norte-americanos atribuem ao dia de Ação de Graças – comemorado na quinta-feira da quarta semana de novembro e em que se misturam celebração ancestral à colheita e calendário cristão – só é comparável ao empenho simbólico atribuído pelos brasileiros ao dia de Natal – no dia 25 de dezembro –, mesmo havendo no Brasil um dia instituído como de Ação de Graças – também na quinta-feira da quarta semana de novembro;
- b) como percepções/construções flutuantes no interior de um mesmo agrupamento cultural: por exemplo, no Brasil, a comemoração de Iemanjá/ Nossa Senhora – dia 02/02 –, nas religiões afro-brasileiras, comparada à do feriado nacional ligado ao culto católico em homenagem a Nossa Senhora Aparecida – dia 12/10²; e
- c) como percepções/construções paralelas aos referenciais do tempo crônico, as quais se baseiam em eventos que, sendo referências temporais geralmente desprovidas de datação precisa³, servem de marca identitária e, em alguns casos, de símbolo de resistência para grupos de variadas ordens de grandeza e de diferentes procedências numa dada sociedade. Ancorando-se em outros referenciais, estas temporalidades se combinam, de forma explícita ou não, conflitiva ou não, com os referenciais do tempo crônico.

Um quarto modo de apreensão dessas escansões, ainda mais fluido, é o das percepções subjetivas do tempo, mas, por estar presente nos três primeiros, será

2 - Vale observar que a marca da cultura afro-brasileira está fortemente presente, por exemplo, na comemoração do dia de Iemanjá, orixá associado, no Brasil – por imposição da cultura europeia –, à figura cristã da mãe de Jesus, não raro representada por uma mulher branca. Mais significativo, porém, é o fato de que a celebração católica oficializada pelo feriado nacional associa a figura da mãe de Jesus – Nossa Senhora Aparecida – a uma negra. Esse (des)encontro no modo de representação e na fixação das datas e símbolos é bastante eloquente e revela muito das forças – não só culturais – que atuam na fixação dos referenciais temporais do calendário.

3 - É o caso das expressões coletadas por Gandon ao estudar uma antiga comunidade de pescadores de Itapuã (Bahia). Para os habitantes mais velhos “o tempo da baleia”, por exemplo, retoma uma época de saúde e prosperidade vivida pela comunidade pesqueira, uma “referência histórica e identitária para a comunidade dos itapuãzeiros” (GANDON, 2001, p. 144-145).

visto não com um quarto modo de apreensão do tempo crônico, mas como a própria constituição do tempo linguístico, sem o qual não há acesso às temporalidades. Dito de outro modo, na produção do enunciado, intersubjetividade e objetivação das temporalidades são inseparáveis, podendo estas últimas ser construídas por referências temporais explícitas ou, simplesmente, pelas marcas de enunciação, que constroem o dito por referência ao eixo temporal construído pelo dizer. Ao lado das coerções enunciativas, ligadas à situação concreta – fisicamente perceptível – de enunciação, há, também, as coerções discursivas. Essas, manifestando a relação entre língua e história, são coerções socioculturais marcadas pela dimensão histórica das práticas discursivas. Desse modo, na articulação entre tempo linguístico e tempo crônico, as coerções discursivas regulam os diferentes modos de acesso às temporalidades.

Ao propiciar o trânsito interior/exterior da língua, o tempo linguístico é, pois, um indicador da ordem temporal que historiciza o dizer. Articulados às marcas do tempo linguístico, outros indicadores são, também, utilizados para organizar a expressão do tempo. Dentre eles, limito-me, neste trabalho, ao que, genericamente, estou chamando de “expressões de tempo”, partes de arranjos temporais organizadores da estruturação do texto. Mesmo na ausência dessas expressões, o tempo linguístico se encarrega de engendrar formas de inserção em “práticas do tempo” (BENSA, 1997) fundadas nas três instâncias básicas de reapresentação de temporalidades: o enunciador, o enunciatário e o objeto de discurso, correspondendo este último, nos termos de Bakhtin, “ao terceiro participante”, uma instância que, mesmo não tomando “uma forma plena e definitiva”, se configura no “enunciado concreto” como um dado espaço-temporal que lhe dá sentido, isto é, como um dado material que dá contornos claros ao que poderia parecer formalmente vago, pois é pragmaticamente situado e cultural e historicamente informado (BAKHTIN, s/d, [1926], p. 8).

Pode-se, pois, observar o alto grau de oscilação que caracteriza o trabalho de inscrição e de percepção das temporalidades no texto, mesmo quando se toma o tempo cronológico como referência. Produzidas na articulação entre tempo linguístico e as diversas percepções/construções do tempo crônico, as referências aos diferentes calendários ou, mais especificamente, às diferentes e nem sempre precisas escansões culturais do tempo, são percebidas como adesões a diferentes temporalidades. Para dar conta dessa dimensão histórico-discursiva das referências temporais é preciso lidar com a complexidade das relações temporais efetivamente propostas no texto. Em síntese, é preciso lidar com a heterogeneidade das relações temporais que nele se apresentam.

Desse modo, a materialização linguística do tempo pode ser examinada tanto na dimensão pragmático-enunciativa, ligada ao estabelecimento da noção de tempo linguístico, quanto na dimensão histórico-discursiva, ligada às construções sociais e às práticas do tempo, ou seja, ao estabelecimento da noção de temporalidade, ressaltando-se que o exame da primeira dimensão não exclui o exame da segunda e vice-versa. Na primeira dimensão, temos a construção linguística do tempo que engaja o sujeito na posição intersubjetiva da enunciação e na construção do objeto de discurso; na segunda, temos a apropriação histórico-discursiva da noção de tempo, marcos mais ou menos flutuantes da celebração da memória de uma coletividade, rerepresentados nas práticas do tempo pelos sujeitos, nas quais se articulam as temporalidades das instituições – mais estabilizadas – e as do discurso, ainda por se estabilizarem.

Na busca de indicadores de sentido do texto ligados às dimensões socioculturais e históricas – aqueles que, segundo Pêcheux (1990), só o funcionamento do discurso pode explicar –, fixo a minha atenção, neste trabalho, no uso de determinadas “expressões de tempo” que, no texto, se combinam em arranjos temporais: advérbios – aí incluídos os advérbios “já” e “ainda” –, expressões adverbiais de tempo e certos sintagmas, cujos elementos podem indicar o andamento do tempo. Neste último caso, incluem-se, por exemplo, o sintagma “cada vez”, acompanhado das partículas adverbial-argumentativas “mais” ou “menos”, ou sintagmas do tipo “meios modernos”, em que o adjetivo impõe uma referência temporal. Serão também consideradas expressões de tempo com o verbo “haver” e “fazer” – “há muito”; “há poucos meses”; “faz um século”.

O material e o modo de análise

No vestibular da Fuvest⁴ de 2007, em que se solicitava uma dissertação sobre “A amizade”, nem mesmo a forte tendência a definir o termo foi capaz de apagar o ritual de contextualização do tema na história. Esse horizonte narrativo evidencia, no “esquema textual” (KOCH; TRAVAGLIA, 1990), um tratamento temporal que é bastante comum no desenvolvimento do gênero redação de vestibular. No entanto, o tema solicitado é de difícil organização cronológica ou, pelo menos, não tão evidente quanto outros poderiam ser. Não estando facilitado nem na coletânea fornecida pela prova, nem por conteúdos programáticos de disciplinas afins, o tratamento cronológico poderia, quando muito, se basear nas instruções

4 - A Fundação Universitária para o Vestibular – Fuvest –, instituição a que agradeço pela cessão do material para análise, é responsável pela elaboração e correção do exame de seleção para ingresso de alunos na Universidade de São Paulo.

fornecidas como parte da proposta, as quais poderiam, com efeito, ser tomadas pelos candidatos como referência nas suas tentativas de caracterizar a história como continuidade.

Os modos de estruturação temporal foram quantificados com base em amostra composta de 100 textos, dentre os quais 50 foram produzidos por estudantes provenientes de escolas públicas e 50 por estudantes de escolas privadas. Uma subdivisão desses dois grupos permitiu, ainda, observar os textos segundo sua produção por candidatos com ou sem frequência a cursinhos pré-vestibulares.

Os resultados quantitativos podem, portanto, ser observados segundo três perspectivas: a do conjunto dos textos – 100 textos; a dos textos divididos conforme sua proveniência – do ensino público ou privado = 50 textos cada grupo; e, finalmente, a dos textos de cada um dos dois grupos, subdivididos segundo a variação “com” e “sem” cursinho – 25 textos cada subgrupo.

A análise dos textos foi organizada de acordo com os seguintes passos: leitura dos textos; anotação das expressões de tempo e, inicialmente, determinação de cinco diferentes casos de arranjos textuais por meio das expressões de tempo.

Para simplificar a exposição que se seguirá, adianto que a coletânea fornecida como parte da proposta de redação apresenta textos de Cícero, Montaigne, Fernando Brant e Milton Nascimento, e Caetano Veloso (Anexo). Acompanhando a coletânea, aparecem, na sequência da proposta, as orientações ao candidato sobre o texto a ser produzido. Enfatizadas nessa “Instrução”, expressões de tempo buscam situar cada um dos textos em sua época de produção. Além disso, a instrução solicita que o candidato comente a adequação das ideias expostas – e situadas no tempo – ao “momento atual”, ao “mundo de hoje”:

Considere os textos e a instrução abaixo:

INSTRUÇÃO: A amizade tem sido objeto de reflexões e elogios de pensadores e artistas “de todas as épocas”. Os trechos sobre esse tema, aqui reproduzidos, pertencem a um pensador “da Antiguidade Clássica” – Cícero –, a um pensador “do século XVI” – Montaigne – e “a compositores da música popular brasileira contemporânea”. Você considera adequadas as ideias neles expressas? Elas são “atuais”, isto é, você julga que elas têm validade “no mundo de hoje”? O que sua própria experiência lhe diz sobre esse assunto? Tendo em conta tais questões, além de outras que você julgue pertinentes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando de modo a expor seu ponto de vista sobre o assunto. (Grifos nossos)

Todas as expressões grifadas no texto acima são retomadas, com frequência, nos textos analisados, assim como a oposição entre passado e presente sugerida na instrução. Sendo ou não produto de colagem baseada na coletânea, o uso dessas e de outras expressões de tempo é considerado, neste trabalho, como uma tentativa de atendimento ao solicitado na prova.

É fundamental discernir, portanto, entre uma investigação que buscasse apenas quantificar as ocorrências dessas expressões no texto dos vestibulandos de outra que, como a presente análise, atenta para a qualidade dessa reprodução, não se fixando em termos isolados, mas em arranjos temporais que organizam o texto como um todo. Neste trabalho, os dados são considerados de um ponto de vista qualitativo, ainda que mantido o cuidado de quantificar os tipos de arranjo temporal privilegiados pelos escreventes. Portanto, é, sobretudo, como as expressões de tempo aparecem combinadas nos textos o que interessa, aqui, captar por meio da análise. No que se refere à quantificação, ela está voltada, principalmente, para a verificação dos tipos de arranjos temporais encontrados nos textos de vestibulandos provenientes da escola pública, comparativamente aos de candidatos provenientes de escola particular.

Ainda assim, uma objeção poderia ser feita quanto ao estudo desse tipo de expressão: qual a participação do escrevente na escolha dessas expressões se elas já estão fixadas na própria instrução?

Contra esta objeção, caberia justamente o argumento de que a própria prova solicita a contextualização temporal do tema, sugerindo, inclusive, uma comparação entre as ideias sobre a amizade defendidas no passado e o que se pensa dela no presente. É a essa expectativa que os candidatos procuram responder ao fazerem suas escolhas. O fato de se utilizarem, com frequência, das expressões presentes na instrução da prova não autoriza uma análise simplista que consistisse em afirmar que os vestibulandos estariam reproduzindo mecanicamente o sentido já dado na proposta de redação. Nem o sentido se constrói por meio de palavras, expressões e sintagmas isolados, nem a repetição desses elementos em novo contexto assegura a reprodução automática dos mesmos sentidos. Pelo contrário, da perspectiva discursiva, até mesmo o efeito parafrástico, que seria uma forma de reeditar um determinado sentido, acontece em função das condições de produção do discurso, e não em função da simples repetição de palavras, expressões etc.

Para analisar os textos, parti de uma classificação dos arranjos temporais extraída dos próprios textos:

TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL		DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM A COLETÂNEA
TIPO 1	A	Tempo remoto (por referência explícita, mas pouco precisa) / marco temporal intermediário (com datação mais ou menos esclarecida ou não esclarecida) / tempo presente	No TIPO 1, a coletânea é interpretada segundo categorias temporais mistas (as do vestibulando e as que ele reconhece nos fragmentos de textos apresentados no exame), em geral como tentativa de paráfrase à referência temporal presente nos textos da própria coletânea ou na Instrução oferecida pela prova.
	B	Tempo passado (tempo da amizade) / tempo intermediário (tempo do progresso, não-marcado ou marcado por assimilação ao presente por meio do simples correr do tempo) / tempo presente	
	C	Tempo passado (por referência implícita) / tempo do mundo de hoje (como indicador indireto, implícito, do mundo de ontem)	
TIPO 2*		Tempo da enunciação – texto organizado como resposta implícita à Instrução da prova + diálogo implícito com a coletânea = texto com tom de definição (nesse sentido, é atemporal → uso típico, mas não exclusivo: verbo “ser”.	Nos TIPOS 2 e 3, há referências diretas à coletânea ou àquilo que o vestibulando reconhece como localizações temporais dadas pela coletânea ou pela Instrução oferecida pela prova.
TIPO 3*		Tempo da enunciação – texto organizado em função da leitura da coletânea (com ou sem discriminação explícita de cada um dos textos) + tentativa de síntese.	
*Observação: Nos tipos 2 e 3, a ausência de expressões referenciais de tempo não significa, naturalmente, ausência de temporalidade. Os indicadores do tempo linguístico se encarregam de engendrar outras formas de inclusão nas práticas do tempo (BENSA, 1997), isto é, de representação de diferentes temporalidades.			

Quadro 1 – Tipos de referência temporal que aparecem nos textos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quantitativamente, esses tipos de organização das referências temporais se comportam, nos textos, da seguinte maneira:

TIPOS	TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3
	(A)	(B)	(C)		
Total	47	10	19	21	3
%	47%	10%	19%	21%	3%
Total por tipo / %	76 / 76%			21 / 21%	3 / 3%
BASE DE CÁLCULO →			100		

Quadro 2 – Número e porcentagem de ocorrência por tipo de referência temporal.

Fonte: Dados da pesquisa.

Temporalidades e treinamento escolar: resultados

Com o fim de mostrar o efeito do treinamento escolar na produção desses textos, o Quadro 3 reúne todos os casos de arranjo temporal separados segundo o tipo de instituição responsável pela formação dos vestibulandos – pública ou particular – e frequência ou não a curso preparatório para o vestibular:

PROVENIÊNCIA DO VESTIBULANDO		TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL					TOTAL
		TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3	
		A	B	C			
Ensino público ou particular	Ensino público	44%	8%	22%	24%	2%	100%
	Ensino particular	50%	12%	16%	18%	4%	100%
Com ou sem cursinho	Sem Cursinho ⁶	50%	12%	24%	12%	2%	100%
	Com cursinho	44%	8%	14%	30%	4%	100%
Base de cálculo: 50 textos para cada proveniência	TOTAL DE TEXTOS: 100						

Quadro 3 - Tipos de referência temporal segundo a proveniência dos vestibulandos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os três grandes tipos de referência temporal, os maiores índices de ocorrência situam-se no TIPO 1 – com 74% para os alunos provenientes do ensino público e com 78% para os do particular – e no TIPO 2 – com 24% para os alunos do ensino público e 18% para os do particular. Um índice muito mais baixo recai sobre o TIPO 3 – 2% para os alunos de ensino público e 4% para os de ensino particular.

O Quadro 3 confirma esses dados gerais nas duas primeiras procedências quanto à formação escolar do vestibulando. Observa-se uma “mesma tendência” entre os “alunos provenientes de escola pública e de escola particular” quanto ao uso dos diferentes tipos de arranjo temporal do texto. Essa tendência se marca pela maior ocorrência do TIPO 1-A, seguido do TIPO 2 e, por último, do TIPO 1-C,

5 - Refiro-me, aqui, aos cursos preparatórios para o vestibular.

com, respectivamente, 44%, 24% e 22% no ensino público, e 50%, 18% e 16% no particular.

No entanto, nas duas outras procedências quanto à formação escolar do vestibulando, há, entre os “alunos sem cursinho e com cursinho”, “tendências parcialmente divergentes”. Apesar de manterem em comum a preferência pelo TIPO 1-A – 50% dos alunos sem cursinho e 44% dos alunos com cursinho –, divergem quanto ao segundo tipo mais usado, recaindo a preferência no TIPO 1-C para os alunos sem cursinho – 24% – e, no TIPO 2, para os alunos com cursinho – 30%. Finalmente, quanto à terceira opção mais recorrente, temos, entre os alunos sem cursinho, o TIPO 1-B e o TIPO 2, ambos com o índice de 12% e, entre os alunos com cursinho, o TIPO 1-C.

Eis os resultados gerais quando são combinadas as procedências dos alunos:

PROVENIÊNCIA DO VESTIBULANDO	TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL					TOTAL
	TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3	
	A	B	C			
Ensino público sem cursinho	48%	8%	32%	12%	ZERO	100%
Ensino particular sem cursinho	52%	16%	16%	12%	4%	100%
Ensino público com cursinho	40%	8%	12%	36%	4%	100%
Ensino particular com cursinho	48%	8%	16%	24%	4%	100%
Base de cálculo: 25 textos para cada proveniência	TOTAL DE TEXTOS: 100					

Quadro 4 - Tipos de referência temporal segundo a proveniência combinada dos vestibulandos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando, ainda, os três grandes tipos de referência temporal, os maiores índices de ocorrência se situam no TIPO 1 – com índices que vão de 40% a 52% do total de ocorrências. No entanto, há variações interessantes no que se refere ao segundo e ao terceiro tipos mais frequentes.

Centremos a atenção nos dados dos vestibulandos provenientes do “ensino público sem e com cursinho”:

PROVENIÊNCIA DO VESTIBULANDO	TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL				
	TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3
	A	B	C		
Ensino público sem cursinho	48%	8%	32%	12%	ZERO
Ensino público com cursinho	40%	8%	12%	36%	4%

Quadro 4 – Detalhe 1 – Tipos de referência temporal provenientes do ensino público sem e com cursinho – TIPO 1-C e TIPO 2.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os percentuais mostram que os vestibulandos provenientes de ensino público sem cursinho tendem a adotar, como segundo arranjo temporal mais recorrente, o de TIPO 1-C – 32% –, ficando como terceira opção o do TIPO 2 – 12%.

No entanto, quando submetidos a preparação específica para o vestibular, tendem a adotar, como segundo arranjo mais recorrente, o do TIPO 2 – 36% –, ficando como terceira opção o do TIPO 1-C – 12%. E isso ao produzirem seus textos na mesma situação de avaliação, sobre um mesmo tema, com a mesma coletânea, mesma instrução e como representante de um mesmo gênero discursivo.

Note-se que, no detalhe 1 do Quadro 4, há um cruzamento entre os índices das células destacadas, havendo quase coincidência numérica entre os índices, o que mostra uma migração de um tipo de arranjo temporal do texto para outro em função da variável “curso preparatório para o vestibular” aplicada a alunos provenientes de ensino público.

De modo semelhante, os vestibulandos apresentam alteração na preferência pelo TIPO 1 ou pelo TIPO 2, também de acordo com a sua proveniência do “ensino particular sem ou com cursinho”. Desta vez, a alteração se dá, mais precisamente, entre o TIPO 1-B e o TIPO 2. Vejamos o cruzamento desses índices:

PROVENIÊNCIA DO VESTIBULANDO	TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL				
	TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3
	A	B	C		
Ensino particular sem cursinho	52%	16%	16%	12%	4%
Ensino particular com cursinho	48%	8%	16%	24%	4%

Quadro 4 – Detalhe 2 – Tipos de referência temporal provenientes do ensino particular sem ou com cursinho – TIPO 1-B e TIPO 2.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os percentuais mostram que os alunos provenientes de ensino particular sem cursinho tendem a adotar, como segundos arranjos temporais mais recorrentes, os de

TIPO 1-B e 1-C – ambos com índice de 16% – e como terceira opção o de TIPO 2 – 12%.

No entanto, quando submetidos a preparação específica para o vestibular, tendem a adotar, como segundo arranjo mais recorrente, o do TIPO 2 – 24% –, ficando como terceira opção o do TIPO 1-C – 16% –, a exemplo do que ocorre com os alunos do ensino público com cursinho – inclusive com índice muito próximo. Note-se, pois, que, modificando-se a variável “com ou sem cursinho”, dá-se uma alteração quanto ao segundo arranjo, mais recorrente nos textos dos alunos do ensino particular. Note-se, ainda, que, independentemente das diferentes proveniências, os vestibulandos produzem seus textos na mesma situação de avaliação, sobre um mesmo tema, com a mesma coletânea, mesma instrução e como representante de um mesmo gênero discursivo.

No detalhe 2 do Quadro 4 há um cruzamento entre os índices das células destacadas, evidenciando-se, inclusive, certa proximidade entre eles, o que mostra uma tendência de migração de um tipo de arranjo temporal do texto para outro em função da variável “curso preparatório para o vestibular” aplicada a alunos provenientes do ensino particular.

Considerações finais

Desses resultados, podemos extrair duas principais interpretações. A primeira refere-se à escolha do tipo mais frequente de arranjo temporal do texto – o do TIPO 1-A –, independentemente de qualquer marca de proveniência dos vestibulandos. A segunda tem relação com a influência da variável “curso preparatório para o vestibular” na escolha do arranjo temporal do texto do TIPO 2, independentemente de o aluno ser proveniente do ensino público ou do particular.

No que se refere à primeira interpretação, a preferência – 47% do total – pelo TIPO 1-A de arranjo temporal do texto vem discriminada, no detalhe 3 do Quadro 4, abaixo, segundo a proveniência combinada dos vestibulandos:

PROVENIÊNCIA DO VESTIBULANDO	TIPOS DE REFERÊNCIA TEMPORAL				
	TIPO 1			TIPO 2	TIPO 3
	A	B	C		
Ensino público sem cursinho	48%	8%	32%	12%	ZERO
Ensino particular sem cursinho	52%	16%	16%	12%	4%
Ensino público com cursinho	40%	8%	12%	36%	4%
Ensino particular com cursinho	48%	8%	16%	24%	4%

Quadro 4 – Detalhe 3 – Tipos de referência temporal – TIPO 1-A.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se vê, o percentual de uso varia de 40% a 52%, e só os vestibulandos provenientes de ensino público com cursinho – com 40% de ocorrência – apresentam índice próximo em outro tipo de arranjo temporal – justamente o de TIPO 2, com percentual de 36%.

Cabe, ainda, no âmbito dessa primeira interpretação, uma questão que considero fundamental: por que, independentemente de sua procedência, os vestibulandos optam preferencialmente pelo arranjo de TIPO 1-A?

Como foi dito, os estágios remoto/intermediário/presente, que caracterizam o arranjo temporal do texto de TIPO 1-A, são situados no tempo por meio do que chamei “expressões de tempo”. No entanto, ora aparecem como situados em relação a uma data mais ou menos precisa, vinda da educação escolar – por empréstimo dos dados fornecidos na própria prova, ou seja, a coletânea e a instrução, ou por informações acumuladas em função da frequência à escola –, ora como temporalidades em que as referências temporais são apenas aproximativas. Nesse caso, provêm de referências mistas, baseadas em simplificações da educação formal – ligadas a um determinado modo de transmissão do saber – ou em fontes da educação não-escolar, não-formal ou informal (cf. AFONSO, 2001). Posicionamentos discursivos associados à tradição letrada e à tradição oral parecem, portanto, manifestar-se, articulados, nos textos dos vestibulandos. Um dos textos mostra, com clareza, esse tipo de encontro: a uma temporalidade que é parâmetro para a tradição escolar, referida como “Antiguidade Clássica”, fornecida na instrução da prova, o vestibulando faz corresponder uma outra, bastante indefinida e de procedência não-escolar, embora mesclada a ela “há milhares de anos” e “antes da Antiguidade Clássica”.

Esse tipo de escansão do tempo fornece indícios de um modo de transmissão de saber escolar por meio do qual o escrevente parece pretender lançar âncora à terra firme da educação formal. Para esse fim, recorre, contudo, à memória de uma tradição cuja natureza, marcadamente oral, registra a adesão do escrevente a uma outra temporalidade e, com ela, a adesão, ainda que transitória, a uma identidade.

Funcionamento semelhante se observa quando afirmações de caráter universalizante, que recorrem ao apagamento do tempo como forma de conduzir o raciocínio lógico, são substituídas por interpretações menos afeitas à causalidade lógica e mais ligadas a um determinado tipo de tradição. Nessas circunstâncias, a introdução de marcos temporais funciona não exatamente como restabelecimento de uma datação, mas, sobretudo, como reinstalação de uma temporalidade ancestral. Determinado fato do mundo – no caso em

questão, “a amizade” – se exemplifica no contexto de um já-dito não datado, numa palavra, como trabalho no interior de uma memória discursiva⁶.

No que se refere à segunda interpretação, relacionada com a influência da variável “curso preparatório para o vestibular” na escolha do arranjo temporal do texto entre alunos provenientes, indiferentemente, de ensino público ou particular, a questão que se coloca é: de que modo os cursos preparatórios para o vestibular influenciam na escolha de arranjos temporais, em particular, no caso do tema em questão, na escolha do arranjo temporal de TIPO 2 como o segundo mais frequente?

Para respondê-la, convém retomar, sinteticamente, as características gerais do arranjo temporal do TIPO 2. Esse arranjo se caracteriza pelos traços de resposta às instruções da prova e de trabalho de seleção de argumentos da coletânea, bem como pela presença de um caráter definitório, caracterizado pelo frequente uso do verbo “ser”, o que dá um caráter atemporal ao desenvolvimento do tema. Primeiramente, na escolha dos argumentos baseada na coletânea, embute-se a réplica implícita ao enunciado da prova como um todo – aí incluída a própria coletânea e a Instrução fornecida pela prova. Por sua vez, o caráter definitório desse arranjo textual está de acordo com a recusa das expressões de tempo, já que, com o uso do verbo “ser”, em geral no presente do indicativo, esse caráter definitório resulta num efeito de atemporalidade. Resulta desse efeito a ausência, no TIPO 2, das expressões de tempo que aparecem, ao contrário, nos casos do TIPO 1.

Um aspecto importante, ligado à réplica implícita à coletânea, é o de que o tratamento histórico do tema da “amizade” é pouco treinado nas escolas e cursos preparatórios para o vestibular. Quando esse tipo de dificuldade se apresenta para o aluno, a busca de soluções por meio da exploração da coletânea é um artifício protetor e pode, perfeitamente, ser utilizada, também, como uma dica – um macete? – na preparação do aluno para a redação do vestibular.

Ligado a soluções de impasses dessa natureza, outro recurso é o já mencionado caráter definitório, em alguma medida presente na maioria dos textos investigados. Destaca-se, ainda, a respeito desse caráter definitório, a contraposição do aspecto generalizante da definição ao aspecto pessoal, marcado pela experiência vivida – por experiência direta ou, mais provavelmente, por experiência obtida por meio de relato.

No arranjo temporal do TIPO 2, a ancoragem do tempo linguístico à dimensão pragmático-enunciativa é caracterizada por um aspecto formal – a estrutura da definição – e por um aspecto temático – o da experiência vivida. Embora a definição tenha um caráter generalizante e impessoal, ao sobrepor-se a ela, o tema da

6 - A memória discursiva restabelece os implícitos necessários para a leitura de um texto e, nesse sentido, é a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

experiência da amizade vivida particulariza-se em duas direções: o da experiência pessoal direta ou o da experiência adquirida por meio de acesso a relatos. Sendo assumida como pessoal e tomando as cores de uma temporalidade subjetivada – dimensão histórico-discursiva –, tal experiência é, primordialmente, aquilo que do tema “amizade” foi guardado na memória coletiva relatada informalmente, aproximando-se, portanto, de uma temporalidade socialmente partilhada. Nesse sentido, o arranjo temporal do TIPO 2 – desprovido de expressões de tempo organizadoras da estruturação argumentativa do texto – exemplifica um dos modos de o tempo linguístico, em sua dimensão pragmático-enunciativa, registrar uma temporalidade, dimensão histórico-discursiva do tempo.

A construção de uma temporalidade subjetivada ao lado de uma temporalidade socialmente partilhada transmitida via educação informal – ou seja, a escolha do arranjo temporal do TIPO 2 – caracteriza o grupo de candidatos provenientes de escolas públicas. Mas o ponto mais intrigante é o fato de que a frequência a cursos preparatórios leve esse grupo e também o grupo proveniente de ensino particular a incrementarem esse mesmo uso.

Feita a síntese, como responder à questão sobre o modo pelo qual os cursos preparatórios para o vestibular influenciam na escolha de arranjos temporais, em particular, no caso do tema em questão, na escolha do arranjo temporal de TIPO 2 como o segundo mais frequente?

Como se sabe, preparar para o vestibular pode corresponder não a formar o aluno, mas a lhe dar os instrumentos práticos para atingir o objetivo da aprovação num exame, êxito de alto interesse – econômico, inclusive – para os cursos preparatórios. De um ponto de vista prático, portanto, preparar o aluno para explorar a coletânea, mais do que lê-la criticamente, pode corresponder a prepará-lo para utilizá-la como suplência na falta de treinamento suficiente para abordar determinados temas. Associada a essa estratégia, também a opção por tratar o tema segundo o recurso à definição pode ser um daqueles instrumentos práticos. Permite que o escrevente faça todo tipo de associação – a comparação e a metáfora são muito frequentes – como modo de solucionar dificuldades imprevistas no desenvolvimento do tema. Em geral muito usado em redações de vestibular, esse recurso foi dos mais frequentes na abordagem do tema da “amizade”, também, muito provavelmente, como forma de suprir a falta de preparação para um tratamento histórico desse tema e/ou a falta de preparação para dialogar criticamente com os textos da coletânea. Daí o recurso à paráfrase, procedimento por meio do qual os escreventes visam a convencer o avaliador da suposta leitura crítica da coletânea e do diálogo efetivo com ela.

Finalmente, de um ponto de vista analítico, pode-se dizer que o pragmatismo dos cursos preparatórios deixa expostos, de forma privilegiada, vários aspectos do hibridismo que aparece nos textos. A começar pelo modo de transmissão dos saberes, sempre caracterizado por estratégias adaptadas à facilitação e rápida apreensão dos conteúdos. O acesso ao resumo de obras literárias, por vezes relatados oralmente, e a automatização de enunciados supostamente críticos são, por exemplo, recursos que saltam dos modos de transmissão oral para o modo de transmissão escrita. Nos “modos de intercâmbio” de saber, como prefiro nomeá-los, há o aspecto particular dos modos de recepção por parte do aluno. A recepção é orientada não só pelos saberes da educação formal, mas também por aqueles da educação não-formal e, sobretudo, informal, levando a um produto caracterizado pelo hibridismo. Desse modo, embora absolutamente legítimos, tais saberes nem sempre contemplam a expectativa de chegada cobrada pelo vestibular e fixada com base no ideal de escrita que – é bem verdade – está também no ponto de partida da educação escolar, embora nem sempre nos seus modos de transmissão.

Abstract

In this article, which deals with texts produced in the evaluative situation of the exam for entering to the university, we investigate: a) how these texts are organized from the view of their time arrangements; and b) how the school practices participate of the options by certain types of organization of the temporalities.

Key words: Temporality; Heterogeneity; Schoolar practice; Writing.

Referências

AFONSO, A.J. Os lugares da educação. In: VON SIMSON, O. de M.; PARK, M.B.; FERNANDES, R.S. (Org.) **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 29-39.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V. N. Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica. Tradução para o português por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para uso didático, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik

“Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”. In: VOLOSHINOV, V. N. **Freudism**, New York: Academic Press, 1976 (original russo de 1926).

BENSA, A. Images et usages du temps. **Terrain**, Paris, v. 29, sept 1997. p. 5-18.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.

CANUT, C. **Le spectre identitaire**: entre langue et pouvoir au Mali. Limoges: Lambert-Lucas, 2008.

CORRÊA, M.L.G. Arranjos referenciais de tempo em textos de pré-universitários: letramento e oralidade. **Gragoatá**, Niterói, v. 25, 2008. p. 75-93.

GANDON, T.R. D’A. Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, 2001. p.139-155.

GOODY, J. **Entre l’oralité et l’écriture**. Paris: PUF, 1993.

KOCH, I.V.; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

LABORDE-MILAA, I. Le passé simple dans des rapports de stage: tentatives d’explication. **Le français aujourd’hui**, Paris, v. 139, 2002. p. 97-106.

MAINGUENEAU, D. **L’analyse du discours**: introduction aux lectures de l’archive. Paris: Hachette, 1991.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

ANEXO

FUVEST 2007 - Prova de Língua Portuguesa

REDAÇÃO

Em primeiro lugar (...), pode-se realmente “viver a vida” sem conhecer a felicidade de encontrar num amigo os mesmos sentimentos? Que haverá de mais doce que poder falar a alguém como falarias a ti mesmo? De que nos valeria a felicidade se não tivéssemos quem com ela se alegrasse tanto quanto nós próprios? Bem difícil te seria suportar adversidades sem um companheiro que as sofresse mais ainda.

(...)

Os que suprimem a amizade da vida parecem-me privar o mundo de sol: os deuses imortais nada nos deram de melhor: nem de mais agradável.

Cícero, Da amizade

Aprecio no mais alto grau a resposta daquele jovem soldado, a quem Ciro perguntava quanto queria pelo cavalo com o qual acabara de ganhar uma corrida, e se o trocava por um reino: “Seguramente não, senhor, e no entanto eu o daria de bom grado se com isso obtivesse a amizade de um homem que eu considerasse digno de ser meu amigo”. E estava certo ao dizer se, pois se encontramos facilmente homens aptos a travar conosco relações superficiais, o mesmo não acontece quando procuramos uma intimidade sem reservas. Nesse caso é preciso que tudo seja límpido e ofereça completa segurança.

Montaigne, ‘Da amizade’ (adaptado)

Amigo é coisa pra se guardar
Debaixo de sete chaves,
Dentro do coração...
Assim falava a canção
Que na América ouvi...
Mas quem cantava chorou,
Ao ver seu amigo partir...
Mas quem ficou,
No pensamento voou,
Com seu canto que o outro lembrou.
(...)

Fernando Brant
Milton Nascimento
“Canção da América”.

(...)

E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que está lhe é superior
(...)

Caetano Veloso
“Língua”

Considere os textos e a instrução abaixo:

INSTRUÇÃO: A amizade tem sido objeto de reflexões e elogios de pensadores e artistas de todas as épocas. Os trechos sobre esse tema, aqui reproduzidos, pertencem a um pensador da Antigüidade Clássica (Cícero), a um pensador do século XVI (Montaigne) e a compositores da música popular brasileira contemporânea. Você considera adequadas as idéias neles expressas? Elas são atuais, isto é, você julga que elas têm validade no mundo de hoje? O que sua própria experiência lhe diz sobre esse assunto? Tendo em conta tais questões, além de outras que você julgue pertinentes, redija uma DISSERTAÇÃO EM PROSA, argumentando de modo a expor seu ponto de vista sobre o assunto.

